SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
NEGO
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA
FAMUP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Paraíba , 24 de Dezembro de 2010 • Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba • ANO II | Nº 0237

## ESTADO DA PARAÍBA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

### GABINETE
### LEI Nº 1.428, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PICUÍ-PB, Estado da Paraíba, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os seguintes veículos: CAR/CAMIONETA/CARR. ABERTA, marca/modelo **FORD F1000**, cor vermelha, ano/modelo 1990/1990, placa MMO9879/PB, movido a diesel, chassi 9BFEXXL36LDB25753; ESP/AUTOMÓVEL/AMBULÂNCIA, marca/modelo **GM/KADETT IPANEMA**, cor branca, ano/modelo 1994/1995, placa MMS8270/PB, movido a gasolina, chassi 9BGKA35GSRC313184; PAS/AUTOMÓVEL, marca/modelo **FIAT/UNO MILLE EX**, cor branca, ano/modelo 1998, placa MMS8447/PB, movido a gasolina, chassi 9BD146068W5999393; PAS/ONIBUS/VER ORIGIN, marca/modelo **M. BENZ/OF 1313**, cor branca, ano/modelo 1985/1985, placa MMO9919/PB, movido a diesel, chassi 34505011507738; PAS/MOTOCICLO, marca/modelo **HONDA/CG 125 TITAN**, cor azul, ano/modelo 1999/2000, placa MNZ 3780/PB, movido a gasolina, chassi 9C2JC2500YR073469; PAS/MOTOCICLO, marca/modelo **HONDA/CG 125 TITAN**, cor prata, ano/modelo 2002/2002, placa MNZ 3625/PB, movido a gasolina, chassi 9C2JC30102R178984.

Parágrafo único. As alienações dar-se-ão em leilão, que será marcado através de Edital.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

***RUBENS GERMANO COSTA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Wallysson Bruno Macedo Barros
**Código Identificador:**34145454

## ESTADO DA PARAÍBA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

### COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO
### AVISO DE EDITAL

PROCESSO: 08.948.697-0215/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0141/2010
TIPO: Menor preço por item
OBJETO: Aquisição parcelada de combustíveis e derivados de petróleo para o abastecimento da Frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Pombal durante o Exercício de 2011, para fins de Registro de Preços, conforme as especificações Técnicas do Anexo I (Termo de Referência) do presente edital.
CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/01/2011 - 14h00min às 14h15min (a critério do pregoeiro será dado até 15min de tolerância para recebimento do Credenciamento);
ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 05/01/2011 a partir das 14h30min.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15 – 1. º andar – Centro – Pombal/PB.
TIPO: Menor Preço por item.
REGÊNCIA LEGAL: Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores e o Decreto Municipal n.º 1.353 de 26 de Março de 2009 e LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.
INFORMAÇÕES: Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15 – 1. º andar – Centro – Pombal/PB, ou pelo telefone (83) 3431-2204 ramal 27. O Edital encontra-se à disposição dos

**Expediente:**
**Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP**

**Diretoria 2009/2010**

| | |
|---|---|
| **Presidente:** | **Rubens Germano Costa - Picuí** |
| 1° Vice-Presidente: | José Antônio Vasconcelos - Pedra Lavrada |
| 2° Vice-Presidente: | Fábio Tyrone B. de Oliveira - Sousa |
| 3° Vice-Presidente: | Edvaldo Caetano da Silva - Catolé do Rocha |
| 4° Vice-Presidente: | Antônio Maroja G. Filho - Juripiranga |
| 1º Secretário: | Ednancé Alves Henrique - Monteiro |
| 2º Secretário: | Flávia Serra Galdino - Piancó |
| 3º Secretário: | João Clemente Neto - Sapé |
| 1º Tesoureiro: | José Vieira da Silva - Marizópolis |
| 2º Tesoureiro: | Yasnaya Pollyana W. Feitosa - Pombal |

Conselho Fiscal Efetivo

1. José Pinto Neto - Boa Ventura
2. Wanderlita G. Pereira - Areia de Baraúnas
3. José Ivaldo de Morais - Várzea
4. Carlos José C. Marques - Boqueirão
5. João Luiz de L. Júnior - Amparo

Conselho Fiscal Suplente

1. Nadir Fernandes de Farias - Curral de Cima
2. Francisco Chagas L. de Sousa - São Mamede
3. Fernanda Medeiros Loureiro -Emas
4. José Rofrants Lopes Casimiro- São Francisco
5. Davi Cordeiro de Oliveira - Santa Terezinha

Conselho Consultivo

1. José Edvan Félix - Catingueira
2. Isac Rodrigues Alves - Algodão de Jandaíra
3. Leonid Souza de Abreu - Cajazeiras
4. João Batista Soares - Caaporã
5. Manoel Almeida de Andrade -Barra de Santana

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

interessados na Sala de Licitação deste Município de Pombal, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

Pombal/PB, 23 de Dezembro de 2010.

***JUVENCIO RODRIGUES NETO***
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**
Juvencio Rodrigues Neto
**Código Identificador:**59D9164B

**COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO**
**AVISO DE EDITAL**

PROCESSO: 08.948.697-0219/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0145/2010
OBJETO: Aquisição Parcelada de Material Laboratorial para atender a Secretaria Municipal de Saúde deste Município para o exercício de 2011, conforme as especificações Técnicas do Anexo I (Termo de Referência) do presente edital.
CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/01/2011 - 09h00min às 09h30min (a critério do pregoeiro será dado até 15min de tolerância para recebimento do Credenciamento);
ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 17/01/2011 a partir das 09h00min.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Auditório do Centro Municipal de Saúde, situado a Rua Cel. João Leite, s/n – Centro – Pombal/PB.
TIPO: Menor Preço por item para fins de Registro de Preços.
REGÊNCIA LEGAL: Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores e o Decreto Municipal n.º 1.353 de 26 de Março de 2009 e LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.
INFORMAÇÕES: Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15 – 1. º andar – Centro – Pombal/PB, ou pelo telefone (83) 3431-2204 ramal 27. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sala de Licitação deste Município de Pombal, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

Pombal/PB, 23 de Dezembro de 2010.

***JUVENCIO RODRIGUES NETO***
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**
Juvencio Rodrigues Neto
**Código Identificador:**6B5EFC1A

**COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO**
**AVISO DE EDITAL**

PROCESSO: 08.948.697-0218/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0144/2010
OBJETO: Aquisição parcelada de material odontológico para atender o CEO – Centro de especialidades Odontológicas e Unidades básicas de Saúde deste município para o exercício de 2011, conforme as especificações Técnicas do Anexo I (Termo de Referência) do presente edital.
CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/01/2011 - 14h00min às 14h30min (a critério do pregoeiro será dado até 15min de tolerância para recebimento do Credenciamento);
ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 11/01/2011 a partir das 09h00min.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Auditório do Centro Municipal de Saúde, situado a Rua Cel. João Leite, s/n – Centro – Pombal/PB.
TIPO: Menor Preço por item para fins de Registro de Preços.
REGÊNCIA LEGAL: Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores e o Decreto Municipal n.º 1.353 de 26 de Março de 2009 e LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.
INFORMAÇÕES: Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15 – 1. º andar – Centro – Pombal/PB, ou pelo telefone (83) 3431-2204 ramal 27. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sala de Licitação deste Município de Pombal, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

Pombal/PB, 23 de Dezembro de 2010.

***JUVENCIO RODRIGUES NETO***
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**
Juvencio Rodrigues Neto
**Código Identificador:**3EF27939

**COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO**
**AVISO DE EDITAL**

PROCESSO: 08.948.697-0217/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0143/2010
OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para o preparo da merenda escolar dos alunos da rede municipal do ensino fundamental e atender as crianças assistidas nas creches e PEJA deste município para o ano letivo de 2011, conforme as especificações Técnicas do Anexo I (Termo de Referência) do presente edital.
CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/01/2011 - 09h00min às 09h30min (a critério do pregoeiro será dado até 15min de tolerância para recebimento do Credenciamento);
ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 12/01/2011 a partir das 14h30min.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Auditório do Centro Municipal de Saúde, situado a Rua Cel. João Leite, s/n – Centro – Pombal/PB.
TIPO: Menor Preço por item para fins de Registro de Preços.
REGÊNCIA LEGAL: Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores e o Decreto Municipal n.º 1.353 de 26 de Março de 2009 e LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.
INFORMAÇÕES: Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15 – 1. º andar – Centro – Pombal/PB, ou pelo telefone (83) 3431-2204 ramal 27. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sala de Licitação deste Município de Pombal, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

Pombal/PB, 23 de Dezembro de 2010.

***JUVENCIO RODRIGUES NETO***
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**
Juvencio Rodrigues Neto
**Código Identificador:**CB954773

**COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO**
**AVISO DE EDITAL**

PROCESSO: 08.948.697-0216/2010

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0142/2010
OBJETO: Aquisição Parcelada de Medicamentos para atender a Farmácia Básica, CAPS, SAMU e Vigilância Sanitária deste Município durante o exercício de 2011, conforme as especificações Técnicas do Anexo I (Termo de Referência) do presente edital.
CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/01/2011 - 09h00min às 09h30min (a critério do pregoeiro será dado até 15min de tolerância para recebimento do Credenciamento);
ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 10/01/2011 a partir das 14h30min.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Auditório do Centro Municipal de Saúde, situado a Rua Cel. João Leite, s/n – Centro – Pombal/PB.
TIPO: Menor Preço por item para fins de Registro de Preços.
REGÊNCIA LEGAL: Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores e o Decreto Municipal n.º 1.353 de 26 de Março de 2009 e LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.
INFORMAÇÕES: Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15 – 1. º andar – Centro – Pombal/PB, ou pelo telefone (83) 3431-2204 ramal 27. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sala de Licitação deste Município de Pombal, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

Pombal/PB, 23 de Dezembro de 2010.

***JUVENCIO RODRIGUES NETO***
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**
Juvencio Rodrigues Neto
**Código Identificador:**5D362486

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 762**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação de Requerimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, PROCESSO nº. 1.652/2010, formulado pelo(a) servidor(a) abaixo identificado(a); e

**CONSIDERANDO** a apresentação de Atestado Médico, parte constante do referido processo;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA à(o) Servidor(a) **ANA LUCIA ALVES DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** contrato nº 001/2010**,**Matrícula nº. 578703, pelo período de 05 (cinco) dias, a partir de 30 de novembro de 2010 a 04 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 98, §1º, da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**6EBFDF09

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 758/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação de Requerimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, PROCESSO Nº 1.648/2010, formulado pelo(a) servidor(a) abaixo identificado(a);

**CONSIDERANDO** a apresentação de Atestado Médico e Parecer Jurídico favorável emitido pela Procuradoria Geral do Município, parte constante do referido processo;

**R E S O L V E :**

**Art. 1º** - **CONCEDER** à(o) Servidor(a), **VANILDA COELHO DE SOUSA,** ocupante do cargo de **ATENDENTE DE ENFERMAGEM,** matrícula nº 0105-8, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE pelo período de 15 dias, a partir de 16 de dezembro de 2010 a 30 de dezembro de 2010.

**Art. 2º** - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 85 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de dezembro de 2010.

**YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA**
Secretaria de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal - PB

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**2B378A4D

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 763/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

CONSIDERANDO a apresentação de Requerimento de LICENÇA PATERNIDADE, PROCESSO nº 1.635/2010, formulado pelo(a) servidor(a) abaixo identificado(a);

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** à(o) Servidor(a) **JOZIMAR VIEIRA DEODATO,** ocupante do cargo **GUARDA MUNICIPAL, LICENÇA PATERNIDADE** de 05 dias, a partir de 13 de dezembro de 2010 à 17 de dezembro de 2010 e **SALÁRIO FAMÍLIA,** estando os requisitos necessário para gozo do benefício comprovados pelo(a) Requerente.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 108 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal (PB)

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**DC9AFCA0

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 761/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação de Requerimento de implantação de **SALARIO FAMÍLIA,** formulado(a) pelo(a) servidor(a) abaixo identicado(a) conforme Processo nº. 1.531/2010 e apresentação de cópia de Certidão de Nascimento do filho menor de 14 anos da servidora parte constante desse processo;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER, à(o)** Servidor(a) **MANOEL FERREIRA DE LIMA NETO,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE MONITOR DE CRECHE,** Matrícula nº.0548-7, **SALÁRIO FAMÍLIA,** estando os requisitos necessário para gozo do benefício comprovados pelo(a) Requerente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal (PB)

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**FF6A318F

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 760/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação de Requerimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, PROCESSO Nº 1.640/2010, formulado pelo(a) servidor(a) abaixo identificado(a);

**CONSIDERANDO** a apresentação de Atestado Médico e Parecer Jurídico favorável emitido pela Procuradoria Geral do Município, parte constante do referido processo;

**R E S O L V E :**

**Art. 1º** - **CONCEDER** à(o) Servidor(a), **ALDENISIA LINHARES DANTAS,** ocupante do cargo de **PROFESSORA MAG I,** matrícula nº 07331, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE pelo período de 15 dias, a partir de 07 de dezembro de 2010 a 21 de dezembro de 2010.

**Art. 2º** - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 85 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretaria de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal - PB

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**F0C45302

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 754/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação do Memorando enviado pela Secretaria de Transporte e Trânsito, comunicando as FÉRIAS do servidor(a) abaixo identificado(a),conforme processo nº 1.573/2010;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** pedido de **FÉRIAS** formulado pelo(a) servidor(a) **PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA SILVA,** ocupante do cargo de **AGENTE DE TRÂNSITO,** Matrícula nº 10140, pelo período de 01 de dezembro de 2010 a 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 108 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**10BA6B18

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 753/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação do Memorando nº 700/2010 enviado pela Secretaria de Saúde, comunicando as FÉRIAS do servidor(a) abaixo identificado(a),conforme processo nº 1.507/2010;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** pedido de **FÉRIAS** formulado pelo(a) servidor(a) **MANOEL GOMES SANTANA,** ocupante do cargo de **GUARDA MUNICIPAL,** Matrícula nº 0153-8, pelo período de 01 de dezembro de 2010 a 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 108 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**F1AFDE5D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 756/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação do Memorando n° 168/2010 enviado pela Secretaria de Saúde, comunicando as FÉRIAS do servidor(a) abaixo identificado(a),conforme processo nº 1.612/2010;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** pedido de **FÉRIAS** formulado pelo(a) servidor(a) **JUNIOR DE SOUSA DANTAS,** ocupante do cargo de **MOTORISTA,** Matrícula nº 0732-3, pelo período de 04 de janeiro de 2011 a 03 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 108 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**772C7FEE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 757/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação do Memorando enviado pela Secretaria de Infraestrutura, comunicando as FÉRIAS do servidor(a) abaixo identificado(a),conforme processo nº 1.526/2010;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** pedido de **FÉRIAS** formulado pelo(a) servidor(a) **JOSE FRANCISCO DINIZ,** ocupante do cargo de **MOTORISTA,** Matrícula nº 0056-6, pelo período de 10 de dezembro de 2010 a 09 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 108 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**07D77363

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 759/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação de Requerimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, PROCESSO Nº 1.579/2010, formulado pelo(a) servidor(a) abaixo identificado(a);

**CONSIDERANDO** a apresentação de Atestado Médico e Parecer Jurídico favorável emitido pela Procuradoria Geral do Município, parte constante do referido processo;

**R E S O L V E :**

**Art. 1º - CONCEDER** à(o) Servidor(a), **COSME NÓBREGA DA SILVA,** ocupante do cargo de **GUARDA MUNICIPAL,** matrícula nº 0682-3, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE pelo período de 15 dias, a partir de 01 de dezembro de 2010 a 16 de dezembro de 2010.

**Art. 2º** - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 85 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2010.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretaria de Administração
Prefeitura Municipal de Pombal - PB

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**FD29E759

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEAD/PMP N° 755/2010**

A Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas por lei, e

**CONSIDERANDO** a apresentação do Memorando n° 169/2010 enviado pela Secretaria de Saúde, comunicando as FÉRIAS do servidor(a) abaixo identificado(a),conforme processo nº 1.621/2010;

**R E S O L V E :**

Art. 1º - **CONCEDER** pedido de **FÉRIAS** formulado pelo(a) servidor(a) **GIOVANNI MONTINI ALENCAR DE SOUSA,** ocupante do cargo de **MOTORISTA,** Matrícula nº 0731-5, pelo período de 02 de janeiro de 2011 a 01 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Registre-se a concessão do benefício no assentamento individual do(a) servidor(a), devendo o(a) servidor(a) usufruir as vantagens previstas no art. 108 da Lei Municipal nº. 717/91 (Estatuto dos Servidores Públicos deste município).

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, 22 de dezembro de 2010.

***YAWAMA MADZA DANTAS WERTON LUCENA***
Secretária de Administração

**Publicado por:**
Rejane Dantas de Almeida Silva
**Código Identificador:**97D65D7B

**ESTADO DA PARAÍBA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SAPÉ**
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2010. De 16 de dezembro de 2010**

**Altera e consolida o Código Tributário do Município de Sapé.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ,** Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - Esta Lei Complementar altera e consolida o Código Tributário do Município de Sapé, com fundamento na Constituição Federal, na Constituição do Estado da Paraíba e na Lei Orgânica do Município.

**Parágrafo Único** – Independentemente de transcrição, integram o Código Tributário do Município de Sapé:

I – as normas gerais de legislação tributária instituídas pelo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II - O Capítulo IV, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), que trata do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, denominado Simples Nacional, bem como os atos expedidos pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, a que se refere o art. 2º, inciso I daquela Lei Complementar.

**TÍTULO I**
**DOS TRIBUTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 2º - São tributos do Município de Sapé:

I – Impostos:

a) IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) ITIV – Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

c) ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

II – Taxas pelo exercício do poder de polícia:

a) Taxa de Licença de Localização, Instalação e Funcionamento;

b) Taxa de Licença de Execução de Obras e de Loteamento;

c) Taxa de Licença de Publicidade;

III – Taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:

a) Taxa de Coleta, Remoção e Destino Final do Lixo;

IV – Contribuições:

a) Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

b) Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;

**TÍTULO II**
**DOS IMPOSTOS**

CAPÍTULO I
DO IPTU – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 3º - O IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 4º - É contribuinte do imposto:

I – o proprietário do imóvel;

II – o titular do domínio útil do imóvel;

III – o possuidor do imóvel a qualquer título.

**SEÇÃO II**
**DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA**

Art. 5º - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo Único – Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 6º - O valor venal do imóvel será determinado:

I – Tratando-se de imóvel por acessão física (construído), pelo valor da construção somado ao valor do terreno;

II – Tratando-se de imóvel por natureza (terreno), pelo valor da terra nua.

Parágrafo Único – Os critérios e condições de aferição do valor a que se referem os incisos I e II serão definidos em Decreto do Poder Executivo.

Art. 7º - Para determinação da base de cálculo, são utilizados, dentre outros, os seguintes meios:

I – elementos constantes do cadastro imobiliário do Município;
**II – elementos obtidos em apuração de campo;**

**III – informações obtidas em órgãos técnicos que tratem de construção civil, especialmente do valor de metro quadrado para os diferentes tipos de construção;**

**IV – fatores de correção, considerando situação, pedologia e topografia do terreno e, bem assim, categoria e estado de conservação da construção.**

**Art. 8º - O Poder Executivo atualizará anualmente, através de Decreto, o valor venal dos imóveis, considerando em conjunto ou isoladamente:**

**I – a valorização decorrente de obras públicas realizadas na área onde sejam localizados:**
**II – os preços correntes de mercado; e**
**III – a variação do índice de preços da construção civil.**

**Parágrafo Único – Alternativamente à forma prevista no caput e incisos, o valor venal dos imóveis será atualizado no mês de janeiro de cada ano pela variação do IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, apurado pela Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de janeiro a dezembro do ano anterior.**

Art. 9º - O imposto será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas progressivas sobre o valor venal compreendido nos respectivos intervalos de classe:

I – imóvel por acessão física (construído):

a) de valor venal até R$ 10.000,00 (dez mil reais) – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

b) de valor venal acima de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) – 0,5% (cinco décimos por cento);
c) de valor venal acima de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e até R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) – 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento);

d) de valor venal acima de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) e até R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) – 1,0 % (um por cento);

e) de valor venal acima de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento); e

f) de valor venal acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento);

II – imóvel por natureza (terreno):

a) de valor venal até R$ 10.000,00 (dez mil reais) – 0,5% (cinco décimos por cento);

b) de valor venal acima de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) – 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento);

c) de valor venal acima de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e até R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) – 1,0% (um por cento);

d) de valor venal acima de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) e até R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) – 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento);

e) de valor venal acima de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 1,5% (um inteiro cinco décimos por cento); e

f) de valor venal acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 1,75 % (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento).

Parágrafo Único – Quando localizado em área selecionada pelo Plano Diretor, o imóvel por natureza (terreno) sujeita-se às alíquotas progressivas no tempo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, não se lhe aplicando a progressividade de que trata o inciso II do presente artigo.

**SEÇÃO III**
**DOS BENEFÍCIOS FISCAIS**

Art. 10 – São isentos do imposto:

I – o imóvel por acessão física (construído), que reúna cumulativamente as seguintes condições:

a) até 40 (quarenta) metros quadrados de área construída;

b) em terreno de no máximo 70 (setenta) metros quadrados;

c) que se constitua no único de propriedade, domínio ou posse do contribuinte; e

d) que sirva de residência ao contribuinte;

II – o imóvel por natureza (terreno), que reúna cumulativamente as seguintes condições:

a) até 70 (setenta) metros quadrados de área;

b) que se constitua no único de propriedade, domínio ou posse do contribuinte; e

c) que se destine à construção da própria residência do contribuinte.

§ 1º – A isenção de que trata o inciso II só se aplica até o 5.º (quinto) ano, contado da aquisição da propriedade, do domínio ou da posse.

§ 2º - Quando localizado em área selecionada pelo Plano Diretor, o imóvel por natureza (terreno) sujeita-se às alíquotas progressivas no tempo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, não se lhe aplicando a progressividade de que trata o inciso II do presente artigo.

§ 3º - As isenções previstas nos incisos I e II, não serão aplicadas a imóveis de uso comercial;

III- Os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município;

IV – Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos, que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural físico ou recreativo;

V – Pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada a Federação Esportiva Estadual. Quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;

VI – Pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos, destinada ao exercício de atividades culturais, recreativas ou desportiva;

VII – Declarado de utilidade pública para fins e desapropriação a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do importo em que ocorrer a imissão de posse, ou ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VIII – Os imóveis pertencentes a funcionários públicos municipais, ativos e inativos, ou aos seus cônjuges ou companheiros, para sua exclusiva residência, até o limite de 01 (um) imóvel;

IX – Pertencente a entidade ou associação sem fins lucrativos que promovem a defesa da criança e do adolescente e do idoso;

X – Os imóveis habitados por pessoas inseridos no cadastro único do Programa federal do bolsa Família.

Art. 11 – O valor do imposto decorrente da aplicação dos incisos I e II do art. 9º é reduzido:

I – em até 30% (trinta por cento), se recolhido de uma só vez no prazo fixado pela administração no ato de lançamento;

II – em 5% (cinco) por cento por cada veículo automotor licenciado no Município de Sapé, se houver identidade de contribuinte de ambos os impostos, até o máximo de 3 (três) veículos ou 15% (quinze por cento).

Parágrafo Único – As reduções previstas nos incisos I e II do caput serão aplicadas cumulativamente.

**SEÇÃO IV**
**DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO**

Art. 12 – O lançamento do imposto será feito anualmente, com base nos dados existentes no cadastro imobiliário no dia 1º de janeiro, considerada a data de ocorrência do fato gerador.

Art. 13 – A ciência do lançamento dar-se-á por intermédio de Notificação de Lançamento publicada no Diário Oficial do Município ou, na ausência deste, em Edital afixado na sede da Prefeitura, da Câmara e do Fórum Municipal.

Art. 14 – O pagamento do imposto dar-se-á de uma só vez com redução do seu valor, conforme o art. 11, ou na quantidade de parcelas mensais fixadas na Notificação de Lançamento, sem redução do seu valor.

Parágrafo Único – O pagamento único ou da primeira parcela dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados da Notificação de Lançamento.

**DA SEÇÃO V**
**DA INSCRIÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 15 – Serão obrigatoriamente inscritos no cadastro imobiliário do Município os imóveis existentes como unidades autônomas e os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento.

Parágrafo Único – A inscrição será promovida pelo contribuinte no prazo de 30 (trinta) dias contados dos seguintes eventos:

I – aquisição de propriedade, domínio útil ou posse;

II – construção, reforma ou demolição;

III – fato ou circunstância que possa afetar a incidência, cálculo ou lançamento do imposto.

Art. 16 – A inscrição será procedida de ofício, através de Auto de Infração, decorrido o prazo fixado no artigo anterior sem que o contribuinte a tenha procedido.

Art. 17 – O cancelamento da inscrição será procedido pelo contribuinte, admitido exclusivamente nas hipóteses de:

I – retificação de lote-padrão de loteamentos já aprovados;

II – incorporação para construções que abranjam áreas superiores à do lote-padrão ou de unidade já inscrita para constituição de lote-padrão.
Parágrafo Único – É vedado o cancelamento de inscrição de ofício, ressalvados os casos de terrenos incorporados a logradouros públicos e de duplicidade de inscrição.

Art. 18 – Os imóveis por natureza ou acessão física ficam sujeitos à fiscalização municipal, não podendo os seus proprietários, detentores de domínio útil, posseiros ou ocupantes a qualquer título impedir o acesso dos servidores incumbidos ou negar-lhes informações, no estrito cumprimento do dever legal e respeitados os direitos individuais.

Art. 19 – Os tabeliões, escrivães, oficiais de registro de imóveis ou quaisquer outros serventuários são impedidos de lavrar escrituras de transferência, transcrição ou inscrição de imóveis; lavrar ou expedir instrumentos ou títulos relativos sem a prova antecipada de quitação do imposto.

Art. 20 – A autoridade que conceder "habite-se" obrigar-se-á, sob pena de responsabilidade, a remeter para o cadastro imobiliário do Município as informações relativas a construção, reforma, demolição ou modificação de uso do imóvel.

**CAPÍTULO II**
**DO ITIV – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS**

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 21 – O ITIV – Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de bens imóveis, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição tem como fato gerador:

I – a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física;

II – a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III – a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 22 – O imposto não incide sobre a transmissão:

I – de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

II – de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda dos bens e direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Art. 23 – É contribuinte do imposto o adquirente, o cessionário ou o permutante dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 24 – Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:
I – o transmitente;
II – o cedente;
III – o tabelião, escrivão, oficial de registro de imóveis e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão de seu ofício ou pelas omissões de sua responsabilidade.

**SEÇÃO II**
**DA BASE DE CÁLCULO, DA ALÍQUOTA E DO RECOLHIMENTO**

Art. 25 – A base de cálculo do imposto é o valor de mercado dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos apurado no momento da transmissão ou cessão.

Art. 26 – Será tomado como base de cálculo o valor expresso no contrato particular de transmissão ou cessão, devidamente registrado, desde que este não seja inferior ao que serve de base de cálculo para fins do IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Art. 27 – A alíquota do imposto é de 2% (dois por cento).
Parágrafo Único – Em se tratando de imóvel ou direito real sobre imóvel adquirido em programas públicos para famílias de baixa renda, a alíquota do imposto poderá ser reduzida até 0 (zero), por Decreto do Poder Executivo, examinada a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 28 – O recolhimento do imposto deve ser feito anteriormente e como condição para o registro imobiliário.

**CAPÍTULO III**
**DO ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR, DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL**

Art. 29 - O ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços

constantes da lista seguinte, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1 – Serviços de informática e congêneres.
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02 – Programação.
1.03 – Processamento de dados e congêneres.
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e sinais de propaganda.
3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01 – Medicina e biomedicina.
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04 – Instrumentação cirúrgica.
4.05 – Acupuntura.
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07 – Serviços farmacêuticos.
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10 – Nutrição.
4.11 – Obstetrícia.
4.12 – Odontologia.
4.13 – Ortóptica.
4.14 – Próteses sob encomenda.
4.15 – Psicanálise.
4.16 – Psicologia.
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04 – Demolição.
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08 – Calafetação.
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.19 – Pesquisa e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de recursos minerais.
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03 – Guias de turismo.
10 – Serviços de intermediação e congêneres.
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturação (factoring).
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06 – Agenciamento marítimo.
10.07 – Agenciamento de notícias.
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01 – Espetáculos teatrais.
12.02 – Exibições cinematográficas.
12.03 – Espetáculos circenses.
12.04 – Programas de auditório.
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10 – Corridas e competições de animais.
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12 – Execução de música.
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, defiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02 – Assistência técnica.
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10 – Tinturaria e lavanderia.
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamento em geral.
14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similiares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão de termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07 – Franquia (franchising).
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.12 – Leilão e congêneres.
17.13 – Advocacia.
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.15 – Auditoria.
17.16 – Análise de Organização e Métodos.
17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.19 – Consultoria e assessoria econômica e financeira.
17.20 – Estatística.
17.21 – Cobrança em geral.
17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20 – Serviços de terminais aeroportuários e rodoviários.
20.01 – Serviços de terminais aeroportuários e rodoviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22 – Serviços de exploração de rodovia.
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25 - Serviços funerários.
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes, aluguel de capela; transporte do corpo cadevérico; fornecimento de flores, coroas e outras paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.05 – Planos ou convênio funerários.
25.06– Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
27 – Serviços de assistência social.
27.01 – Serviços de assistência social.
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29 – Serviços de biblioteconomia.
29.01 – Serviços de biblioteconomia.
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32 – Serviços de desenhos técnicos.
32.01 – Serviços de desenhos técnicos.
33 – Serviços de comissários, despachantes e congêneres.
33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36 – Serviços de meteorologia.
36.01 – Serviços de meteorologia.
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38 – Serviços de museologia.
38.01 – Serviços de museologia.
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01 – Obras de arte sob encomenda.

§ 1.º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2.º - Ressalvadas as exceções expressas na lista, os serviços nela mencionados não ficarão sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3.º - O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4.º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 30 – O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único – Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 31 – Contribuinte é a pessoa física ou jurídica prestadora do serviço.

Art. 32 – É atribuída às pessoas jurídicas tomadoras dos serviços compreendidos na lista do art. 29 a responsabilidade pelo crédito tributário do imposto, sem prejuízo da responsabilidade do prestador em caráter supletivo do cumprimento total da referida obrigação, inclusive no que se refere aos acréscimos legais de multa por infração, de multa de mora, de juros de mora e de atualização monetária.

§ 1º - Independentemente da retenção, as pessoas jurídicas tomadoras dos serviços estão obrigadas ao recolhimento integral do imposto devido, inclusive acréscimos legais de multa por infração, de multa de mora, de juros de mora e de atualização monetária.
§ 2.º - Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1.º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista.

**SEÇÃO II**
**DO LOCAL DA PRESTAÇÃO E DO ESTABELECIMENTO**

Art. 33 – O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1.º do art. 29;

II – da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.17 da lista;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista;
XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista;

XX – do terminal aeroportuário e rodoviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista.

§ 1.º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2.º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Art. 34 – Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 35 – O contribuinte é obrigado a promover tantas inscrições quantos forem os seus estabelecimentos ou locais de atividade.

Parágrafo Único – Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição é única, com indicação precisa do local onde o contribuinte irá prestar serviços de qualquer natureza.

Art. 36 – Além de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento aprovado por Decreto do Poder Executivo, no ato de inscrição, o contribuinte deverá apresentar cópia dos seguintes documentos acompanhada dos respectivos originais para fins de conferência:
I – ato constitutivo e aditivos, registrados na Junta Comercial ou no Registro de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

II – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – Inscrição no Cadastro da Secretaria de Estado das Finanças, Fazenda, Tributação ou que outra denominação tenha, se for o caso;

IV – contrato ou qualquer ato substituto que justifique a atividade do contribuinte no território do Município, no caso do Parágrafo Único do artigo anterior.

Art. 37 – Sempre que ocorrer alteração de direito ou de fato na atividade do contribuinte, deverá este requerer alteração ou averbação na sua inscrição.

Art. 38 – Na falta de iniciativa do contribuinte em promover a sua inscrição ou alteração ou averbação, será esta procedida de ofício através de Auto de Infração com imposição da respectiva multa.

**SEÇÃO IV**
**DA BASE DE CÁLCULO, DA ALÍQUOTA E DO RECOLHIMENTO**

Art. 39 – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1.º - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2.º - Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços.

§ 3º - À falta de comprovação do valor dos materiais a que se refere o parágrafo anterior, a administração concederá desconto padrão de 40% (quarenta por cento) do valor bruto dos serviços, se a execução destes envolver materiais aplicados como insumos, passível de contraditório na via administrativa.

Art. 40 – O imposto é calculado à alíquota de 5% (cinco por cento).

Art. 41 - O recolhimento do Imposto devido pelo contribuinte ou pelo responsável, independentemente de ter sido efetuado o recolhimento na fonte, deve ser feito até o dia 10 de cada mês em relação aos fatos geradores ocorridos no mês imediatamente anterior.

**SEÇÃO V**
**DOS BENEFÍCIOS FISCAIS**

Art. 42 – A fim de atender política de desenvolvimento econômico e social local, o Poder Executivo poderá, através de Decreto, conceder aos prestadores de serviços que vierem a se instalar e funcionar no Município:

I – redução da alíquota do Imposto até o mínimo de 3% (três por cento) – exceto para os serviços dos itens 7.02 e 7.05;

II – redução de base de cálculo do Imposto até o percentual de 60% (sessenta por cento) dos serviços dos itens 7.02 e 7.05, mantida a alíquota de 5% (cinco por cento).

§ 1º – Para fazer jus às reduções de que tratam os incisos I e II, o contribuinte deverá, entre outros requisitos a serem estabelecidos em Regulamento:

I – ter estabelecimento no Município, inscrito no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoal Jurídica, no Cadastro do ICMS e no Cadastro Municipal;

II – manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de seu quadro de pessoal com residentes no Município, com exceção de postos que exijam mão-de-obra especializada;

III – cumprir todas as normas de poder de polícia de competência do Município.
§ 2º - A concessão dos benefícios fiscais de que trata esta Seção será objeto de Decreto do Poder Executivo, conseqüente de requerimento do interessado e de parecer das Secretarias Municipais com competência na administração tributária e na política de desenvolvimento econômico e social.

**TÍTULO III**
**DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA**

**CAPÍTULO I**
**DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 43 – A taxa de licença de localização, instalação e funcionamento é devida pela atividade municipal do exercício do poder de polícia a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

Parágrafo Único – Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços em geral, e ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 44 – A incidência e o pagamento da taxa independem:

I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II – de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III – de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV – da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V – do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI – do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;

VII – do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 45 – É contribuinte da taxa toda pessoa física ou jurídica que pretenda exercer atividade profissional ou de produção, em caráter permanente ou eventual.

**SEÇÃO II**
**DO CÁLCULO**

Art. 46 – A taxa será calculada em função do tipo de atividade; do faturamento anual estimado; da área ocupada; ou da duração da atividade, nos seguintes termos:

I – Atividade industrial:

a) de faturamento anual estimado até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) – R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais)/ano;

b) de faturamento anual estimado acima de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) – R$ 300,00 (trezentos reais)/ano;

c) de faturamento anual estimado acima de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) – R$ 600,00 (seiscentos reais)/ano;

d) de faturamento anual estimado acima de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e até R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) – R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)/ano;
e) de faturamento anual estimado acima de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e até R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) – R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)/ano; e

f) de faturamento anual estimado acima de R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) – R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)/ano;

II – Atividade comercial, agropecuária, de serviços (exceto autorizados pelo Banco Central do Brasil), escritório, consultório e assemelhados:

a) de faturamento anual estimado até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) – R$ 100,00 (cem)/ano;

b) de faturamento anual estimado acima de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) – R$ 200,00 (duzentos reais)/ano;

c) de faturamento anual estimado acima de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) – R$ 400,00 (quatrocentos reais)/ano;

d) de faturamento anual estimado acima de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) – R$ 800,00 (oitocentos reais)/ano;

e) de faturamento anual estimado acima de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e até R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) – R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)/ano; e

f) de faturamento anual estimado acima de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) – R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais);

III – Atividades de serviços bancários, financeiros e assemelhados autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

a) agência bancária – R$ 3.000,00 (três mil reais)/ano;

b) casa lotérica da Caixa Econômica Federal – R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)/ano;

c) correspondente bancário ou posto de serviço, exceto o mencionado na alínea anterior – R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais)/ano;

d) caixa eletrônico fora de agência bancária – R$ 500,00 (quinhentos reais);

IV – Depósito, garagem ou assemelhados, de uso comercial:

a) de área ocupada até 50m² - R$ 50,00 (cinqüenta reais)/ano;

b) de área ocupada acima de 50m² e até 100m² - R$ 100,00 (cem reais)/ano;

c) de área ocupada acima de 100m² - R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais)/ano;

V – Atividade sem estabelecimento fixo, inclusive circos, parques de diversões e assemelhados:

a) até 15 (quinze) dias de permanência – R$ 100,00 (cem reais);

b) acima de 15 (quinze) e até 30 (trinta) dias de permanência – R$ 200,00 (duzentos reais);

c) acima de 30 (trinta) dias de permanência – o valor da alínea "b" acrescido de R$ 10,00 (dez reais) por dia excedente dos 30 (trinta) dias iniciais;

VI – Outras atividades não incluídas nos itens anteriores serão enquadradas à vista de exame da autoridade fiscal competente, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º – A estimativa de faturamento a que se referem os incisos I e II levará em conta o faturamento referente ao ano imediatamente anterior, à vista de um dos seguintes documentos apresentado pelo contribuinte:

I – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II – Informativo Fiscal apresentado à Secretaria de Estado das Finanças, da Fazenda, da Tributação ou que outra denominação tenha;

III – Demonstrativo de Contas de Resultado assinado pelo contabilista do contribuinte.

§ 2º - Para as atividades iniciadas no ano, a estimativa de que tratam o parágrafo anterior e incisos será objeto de projeção assinada pelo contabilista do contribuinte.

**CAPÍTULO II**
**DA TAXA DE LICENÇA DE OBRAS E LOTEAMENTOS**

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 47 – A taxa de licença de obras e loteamentos tem como fato gerador o licenciamento obrigatório e a fiscalização da execução de construções, reformas, consertos, demolições, instalação de equipamentos e loteamentos.
Art. 48 – Contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel onde se realizem as obras e os loteamentos.

Parágrafo Único – Respondem solidariamente com o contribuinte pelo pagamento da taxa a empresa e o profissional responsáveis pelo projeto e pela execução das obras e loteamentos.

**SEÇÃO II**
**DO CÁLCULO, DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO**

Art. 49 – A taxa será calculada de acordo com as seguintes unidades de medida e respectivos valores:

I – Obras medidas em metro linear – R$ 0,50 (cinqüenta centavos)/m;

II – Obras medidas em metro quadrado – R$ 1,00 (um real)/m²;

III – Obras medidas em metro cúbico – R$ 1,50 (um real e cinqüenta centavos)/m³;

IV – Loteamento:

a) lote de até 300m² - R$ 50,00 (cinquenta reais)/lote;

b) lote acima de 300m² - R$ 100,00 (cem reais)/lote.

Art. 50 – O lançamento da taxa é por declaração do contribuinte, devendo o recolhimento ser previamente ao início das obras ou à oferta à venda dos lotes.

Parágrafo Único – Deixando o contribuinte de fazer a declaração e efetuar o recolhimento a que se referem o caput, este será feito de ofício, com a cobrança da taxa com os devidos acréscimos de atualização monetária, juros de mora, multa de mora e multa por infração.

**CAPÍTULO III**
**DA TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE**

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 51 – A taxa tem como fato gerador a execução de publicidade através dos seguintes meios:

I – Autofalante fixo ou volante;

II – Faixa afixada em vias publicas;

III – Placas e letreiros, luminosos ou não, afixados na fachada externa de imóveis próprios ou de terceiros;

IV – Outdoors afixados na zona urbana ou nas rodovias de acesso à zona urbana;

V – Distribuição de panfletos ou assemelhados;

VI – Outros meios não especificados nos incisos anteriores.

Art. 52 – Contribuinte é a pessoa física ou jurídica que preste o serviço de publicidade.

Parágrafo Único – O contratante e beneficiário da publicidade é responsável solidário com o contribuinte da obrigação de recolhimento da taxa.

**SEÇÃO II**
**DO CÁLCULO, DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO**

Art. 53 – A taxa é calculada conforme o meio de publicidade utilizado, conjugado com as variáveis tempo, tamanho, volume e duração, nos seguintes valores:

I – Autofalante fixo ou volante:

a) em caráter permanente/até 6 horas de funcionamento/dia – R$ 100,00 (cem reais)/mês;

b) em caráter permanente/até 12 horas de funcionamento/dia – R$ 200,00 (duzentos reais)/mês;

c) em caráter temporário ou eventual/até 6 horas de funcionamento/dia – R$ 10,00 (dez reais)/dia;

d) em caráter temporário ou eventual/até 12 horas de funcionamento/dia – R$ 20,00 (vinte reais)/dia;

II – Placas e letreiros, luminosos ou não, afixados na fachada externa de imóveis próprios ou de terceiros:

a) em caráter permanente/até 1m² - R$ 50,00 (cinqüenta reais)/ano ou fração;

b) em caráter permanente/acima de até 3m² - R$ 100,00 (cem reais)/ano ou fração;

c) em caráter permanente/acima de 3m² - R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)/ano ou fração;

d)em caráter temporário ou eventual/até 1m² - R$ 5,00 (cinco reais)/dia;

e) em caráter temporário ou eventual/até 3m² - R$ 10,00 (dez reais)/dia;

f) em caráter temporário ou eventual/acima de 3m² - R$ 15,00 (quinze reais)/dia;

III – Outdoors afixados na zona urbana ou nas rodovias de acesso à zona urbana:

a) até 6 m²/unidade – R$ 10,00 (dez reais)/dia;

b) acima de 6m²/unidade – R$ 20,00 (vinte reais)/dia;
IV – Outros meios não especificados nos incisos anteriores: Valor fixado por estimativa.

Art. 54 – O lançamento da taxa é por declaração do contribuinte, devendo o recolhimento ser previamente ao início da publicidade.

Parágrafo Único – Deixando o contribuinte de fazer a declaração e efetuar o recolhimento a que se referem o caput, este será feito de ofício, com a cobrança da taxa com os devidos acréscimos de atualização monetária, juros de mora, multa de mora e multa por infração.

Art. 55 – A publicidade sem objetivo comercial ou lucrativo não está sujeita à incidência da taxa mas deverá previamente ser submetida à autorização da administração tributária, a que compete o reconhecimento do objetivo não comercial ou lucrativo.

**TÍTULO IV**
**DA TAXA PELA UTILIZAÇÃO, EFETIVA OU POTENCIAL, DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS, PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU POSTOS A SUA DISPOSIÇÃO**

**CAPÍTULO ÚNICO**
**DA TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE LIXO**

**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 56 – A taxa tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, do serviço público de coleta, remoção e destinação de lixo prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela administração municipal.

Art. 57 – Contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel por natureza (terreno) ou acessão física (construído) de qualquer uso.

**SEÇÃO II**
**DO CÁLCULO, DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO**

Art. 58 – A taxa será calculada nos seguintes valores progressivos em relação aos respectivos intervalos de classe, considerando a dimensão e o uso do imóvel:

**TÍTULO V**
**DAS CONTRIBUIÇÕES**
**CAPITULO I**
**DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**
**SEÇÃO I**
**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

Art. 59 – A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização de bem imóvel, decorrente de obra pública municipal.

§ 1º - Para fins da contribuição de melhoria, considera-se obra pública:

I – urbanização e reurbanização;

II – construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive obras, edificações e equipamentos necessários ao funcionamento do sistema;

III – construção ou ampliação de parques, pontes, túneis e viadutos;
IV – proteção contra inundação, erosão e obras de saneamento e drenagem em geral, retificação, regularização e canalização de curso de água;
V – abertura, alargamento, iluminação, arborização, canalização de águas pluviais e outros melhoramentos de logradouros públicos;

VI – pavimentação e respectivos serviços preparatórios.

§ 2º - A contribuição não incide nos casos de:

I – simples reparação e/ou recapeamento de pavimentação;

II – alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;

III – colocação de guias e sarjetas.

Art. 60 – Contribuinte é o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel valorizado pela obra pública.

**SEÇÃO II**
**DO CÁLCULO E DO LANÇAMENTO**

Art. 61 – A contribuição é calculada sobre a valorização do imóvel decorrente da obra pública, obtida em função do valor venal do imóvel, sua localização na zona de influência e respectivo índice de valorização.

Parágrafo Único – Para fins deste artigo, o Poder Executivo pode considerar:
I – pesquisa de valores de mercado;

II – valores de transações correntes;

III – declarações dos contribuintes;

IV – planta genérica de valores de terreno;

V – outros dados de informativos tecnicamente reconhecidos.

Art. 62 – Constatada, em qualquer etapa da obra, a valorização, é efetuado o lançamento da contribuição, precedido da publicação de edital contendo:

I – descrição e finalidade da obra;

II – memorial descritivo do projeto;

III – orçamento do custo da obra, que pode abranger as despesas estimadas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, indenizações, administração, execução, financiamento e demais investimentos imprescindíveis à obra pública;

IV – delimitação das zonas de influência e respectivos índices cadastrais de valorização.

Art. 63 – Comprovado legítimo interesse, podem ser impugnados quaisquer elementos constantes do edital referido no artigo anterior, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único – A impugnação não obsta o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente tem efeito para o impugnante, não sendo extensiva aos demais.

Art. 64 – A contribuição é lançada em nome do sujeito passivo com base nos dados constantes do cadastro imobiliário do Município.

Art. 65 – O sujeito passivo é notificado do lançamento pela entrega do aviso no local indicado para fins do imposto predial e territorial urbano.

**SEÇÃO III**

**DO RECOLHIMENTO**

Art. 66 – A contribuição de melhoria pode ser paga de uma só vez com redução do valor ou em parcelas mensais, sem redução, conforme dispuser o regulamento.

**TÍTULO VI**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**SEÇÃO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 67 – Constitui infração toda ação ou omissão que implique na inobservância, por parte do sujeito passivo, de qualquer norma contida nesta Lei Complementar ou em regulamento aprovado por Decreto do Poder Executivo.
Art. 68 – O contribuinte ou responsável que, antes do início de qualquer procedimento administrativo fiscal, procure a Secretaria Municipal de Finanças ou Tributação para sanar qualquer irregularidade são excluídos de penalidades, desde que efetuem de pronto o recolhimento dos tributos devidos com os acréscimos legais.

Art. 69 – As infrações à legislação tributária municipal implicam na aplicação, isolada ou cumulativamente, das seguintes penalidades:

I – multa;

II – impedimento de licitar, fornecer bens ou serviços, obter autorização, permissão ou concessão da administração pública municipal;

III – regime especial de fiscalização, em conformidade com as condições estabelecidas no ato que o estabelecer;

IV – suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais;

V – interdição da atividade;

VI – suspensão ou cancelamento de inscrição.

Parágrafo Único – A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste artigo sujeita-se ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, por força do disposto no art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal.

**SEÇÃO II**

**DAS MULTAS POR INFRAÇÃO**

Art. 70 – As seguintes ações ou omissões são passíveis das multas por infração respectivamente indicadas, quando não estabelecidas em capítulos próprios aos respectivos tributos e sem prejuízo dos demais acréscimos legais:

I – falta de recolhimento total ou parcial do tributo – 50% (cinqüenta por cento) do valor do tributo;

II – início de atividade industrial, comercial, agropecuária, de serviços de qualquer natureza, de execução de obras e de loteamento e de publicidade, sem a licença prévia e o recolhimento da respectiva taxa – 100% (cem por cento) do valor da taxa;

III – falta de apresentação ao fisco de qualquer papel, documento ou informação, no prazo estabelecido na respectiva requisição – R$ 200,00 (duzentos reais) por cada documento;

IV – embaraço, dificuldade, desacato ou impedimento, por qualquer meio ou forma, da atuação do fisco municipal – R$ 1.000,00 (mil reais);

V – ação ou omissão não especificada nos incisos I a IV, em conformidade com o que dispuser o regulamento aprovado por Decreto do Poder Executivo – de R$ 100,00 (cem reais) a R$ 1.000,00 (mil reais), dependendo da gravidade da infração.

**TÍTULO VII**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS**

Art. 71 – Os créditos tributários não recolhidos nos respectivos vencimentos, e independentemente de ato de ofício, serão acrescidos de:

I – atualização monetária com base na variação do IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial do IBGE, calculado entre a data em que deveria ter havido o recolhimento e a data do efetivo recolhimento;

II – multa de mora de 20% (vinte por cento); e

III – juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, calculado entre o dia imediatamente seguinte ao em que deveria ter havido o recolhimento e a data do efetivo recolhimento.

§ 1º - Quando apurados em ato de ofício, os créditos tributários não pagos nos respectivos vencimentos ficam sujeitos ainda a multa por infração de que trata o artigo anterior.

§ 2º - Os acréscimos de que tratam os incisos II e III, do caput e o § 1º serão calculados sobre o valor atualizado monetariamente na forma do inciso I.

Art. 72 – Os débitos vencidos serão inscritos em dívida ativa e ajuizada a sua cobrança, com base na Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Parágrafo Único – Procedida a inscrição em dívida ativa, ajuizada ou não, serão devidos também pelo sujeito passivo custas, honorários e demais despesas na forma da legislação aplicável.

Art. 73 – O Prefeito Municipal poderá autorizar, mediante despacho fundamentado, exarado em processo instruído com requerimento do interessado e proposta da autoridade fiscal competente, a compensação e a remissão de créditos tributários.

§ 1.º - A compensação poderá ser autorizada apenas na hipótese de créditos líquidos, certos e já vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal e, quando efetivada, deverá constar de termo próprio assinado pelo Prefeito Municipal e pelo sujeito passivo.

§ 2.º - A remissão poderá ser autorizada quando o valor integral do crédito tributário for inferior ao custo de sua cobrança e o sujeito passivo for pessoa física de comprovada baixa renda, não possua bens, salvo o imóvel único utilizado para sua própria residência.

Art. 74 – O Poder Executivo poderá autorizar o parcelamento de créditos tributários vencidos, na forma disposta em Decreto.

**TÍTULO VIII**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DA REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

Art. 75 – O Município pode conceder aos contribuintes em débito para com os tributos os seguintes benefícios alternativos:

I – redução dos acréscimos legais até o percentual de 80% (oitenta por cento) se feito o pagamento do saldo dos acréscimos e do valor originário do tributo de uma só vez;

II – redução dos acréscimos legais nos seguintes percentuais correspondentes ao número de parcelas mensais concedidas para pagamento:

a) em até 3 (três) parcelas: redução de 70% (setenta por cento);

b) entre 4 (quatro) e 6 (seis) parcelas: redução de 60% (sessenta por cento);

c) entre 7 (sete) e 9 (nove) parcelas: redução de 50% (cinqüenta por cento);

d) entre 10 (dez) e 12 (doze) parcelas: redução de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único – Os acréscimos legais compreendem atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa por infração.

Art. 76 – A falta ou atraso de pagamento de uma das parcelas ajustadas em conformidade com o inciso II do artigo anterior, implicará na revogação do parcelamento e na conseqüente inscrição em dívida ativa do saldo total para execução fiscal.

Art. 77 – Os benefícios de que trata o presente Capítulo aplicam-se a débitos em cobrança nas vias administrativa ou judicial.

Parágrafo Único – O mesmo contribuinte, pessoa física ou jurídica, só poderá utilizar dos benefícios de que trata o presente Capítulo uma vez a cada 5 (cinco) anos.

**TÍTUTO IX**

**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

**CAPÍTULO I**

**DOS ATOS, TERMOS E PRAZOS**

Art. 78 – Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco, e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 79 – Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único – Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**CAPÍTULO II**

**DO PROCEDIMENTO**

Art. 80 – O procedimento fiscal tem início com:

I – o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto;

II – a apreensão de documentos ou livros;

§ 1º - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2º - Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, os atos referidos nos incisos I e II valerão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável, sucessivamente, por igual período com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

Art. 81 – Os termos decorrentes de fiscalização serão lavrados em 2 (duas) vias, sendo uma entregue à pessoa sob fiscalização e outra servindo à abertura do respectivo Processo Administrativo ou anexado a este se já aberto.

Art. 82 – A exigência de crédito tributário e a aplicação da penalidade isolada serão formalizadas em Autos de Infração ou Notificações de Lançamento, distintos para cada tributo, os quais deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.

Art. 83 – O Auto de Infração será lavrado por servidor competente, no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:

I – a qualificação do autuado;

II – o local, a data e a hora da lavratura;

III – a descrição do fato;

IV – a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V – a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugna-la no prazo de 15 (quinze) dias;

VI – a assinatura do autuante, a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Art. 84 – A Notificação de Lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá obrigatoriamente:

I – a qualificação do notificado;

II – o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;

III – a disposição legal infringida, se for o caso;

IV – a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Parágrafo Único – Prescinde de assinatura a Notificação de Lançamento emitida por processo eletrônico.

Art. 85 – O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal e não tiver competência para formalizar a exigência comunicará o fato a seu chefe imediato, que adotará as providências necessárias.

Art. 86 – A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento.

Art. 87 – A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada ao órgão no prazo de (quinze) dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência.

Art. 88 – A impugnação mencionará:

I – a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II – a qualificação do impugnante;

III – os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

IV – as diligências ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que a justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito;

V – se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição.

§ 1º - Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV.

§ 2º - A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante faze-lo em outro momento processual, a menos que:

I – fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;

II – refira-se a fato ou a direito superveniente;

III – destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§ 3º - A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas no parágrafo anterior.

§ 4º - Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art. 89 – Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Art. 90 – A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.

Parágrafo Único - Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício sua realização, a autoridade designará servidor para, como perito do Município, a ela proceder e intimará o perito do sujeito passivo a realizar o exame requerido, cabendo a ambos apresentar os respectivos laudos em prazo que será fixado e prorrogado segundo o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.

Art. 91 – Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, o servidor encarregado pelo Processo Administrativo declarará a revelia, mantendo-se em cobrança amigável pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único – Esgotado o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido o crédito tributário, será promovida a cobrança executiva com amparo na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Art. 92 – O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

**CAPÍTULO III**

**DA INTIMAÇÃO**

Art. 93 – Far-se-á a intimação:

I – pessoal, pelo autor do procedimento ou por outro servidor, no órgão ou fora dele, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

II – por via postal ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário do sujeito passivo.

§ 1º - Quando resultar improfícuo um dos meios previstos nos incisos I e II, a intimação poderá ser feita por edital publicado:

I – em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação; ou

II – uma única vez no Diário Oficial do Município.

§ 2º - Considera-se feita a intimação:

I – na data da ciência do interessado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;

II – no caso do inciso II do caput deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, 15 (quinze) dias após a data da expedição da intimação;

III – quinze dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.
§ 3º - Os meios de intimação previstos nos incisos do caput deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 4º - Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo qualquer estabelecimento da pessoa jurídica e a residência da pessoa física.

**CAPÍTULO IV**

**DA COMPETÊNCIA**

Art. 94 – O julgamento de processo relativo a tributos municipais compete:

I – em primeira instância, ao Secretário Municipal de Finanças ou Tributação ou equivalente;

II – em segunda instância, ao Prefeito Municipal.

Art. 95 – A decisão de primeira instância conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se, expressamente, às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra a exigência.

Art. 96 – Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro de 15 (quinze) dias seguintes à ciência.

Parágrafo Único - No caso de provimento a recurso de ofício, o prazo de interposição de recurso voluntário começará a fluir da ciência, pelo sujeito passivo, da decisão proferida no julgamento do recurso de ofício.

Art. 97 – A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício sempre que sua decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e acréscimos legais, em valor total a ser fixado em Decreto.

Parágrafo Único - O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.

**CAPÍTULO V**

**DA EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES**

Art. 98 – São definitivas as decisões:
I – de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto, assim como na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não sujeita a recurso de ofício;

II – de segunda instância.

Art. 99 – A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 100 – No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo cumpre à autoridade julgadora exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

**CAPÍTULO VI**
**DA CONSULTA**

Art. 101 – O sujeito passivo, qualquer órgão da administração e entidade representativa de categoria econômica ou profissional poderá formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária municipal aplicável a fato determinado.

Art. 102 – A consulta deverá ser apresentada por escrito ao órgão de administração tributária.

Art. 103 – Salvo disposto no artigo seguinte, nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o trigésimo dia subseqüente à data da ciência.

Art. 104 – A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributo, retido na fonte ou autolançado antes ou depois de sua apresentação.

Art. 105 – A decisão de segunda instância não obriga ao recolhimento de tributo que deixou de ser retido ou autolançado após a decisão reformada e de acordo com a orientação desta, no período compreendido entre as datas de ciência das duas decisões.

Art. 106 – No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, os efeitos só alcançam seus associados ou filiados depois de cientificado o consulente da decisão.

Art. 107 – Não produzirá efeito a consulta formulada:
I – em desacordo com os artigos 103 e 104;

II – por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III – por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

IV – quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V – quando o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação;

VI – quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da lei;

VII – quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;

VIII – quando não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos

necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

Art. 108 – O julgamento da consulta compete:

I – em primeira instância ao Secretário Municipal de Finanças ou Tributação ou equivalente;
II – em segunda instância ao Prefeito Municipal.

Art. 109 – Cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, de decisão de primeira instância, dentro de 15 (quinze) dias contados da ciência.

Art. 110 – A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício de decisão favorável ao consulente.

**CAPÍTULO VII**
**DAS NULIDADES**

Art. 111 – São nulos:

I – os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II – os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

Art. 112 – As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.

**TÍTULO X**

**CAPÍTULO ÚNICO**
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 113 – Os valores absolutos e limites de valores absolutos referidos nos diversos dispositivos serão atualizados em 1.º de janeiro de cada ano, a partir do ano subseqüente ao de vigência da presente Lei Complementar, pela aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pela Fundação IBGE nos 12 (doze) doze meses imediatamente anteriores, arredondados para os valores inteiros imediatamente inferiores as frações de valores absolutos resultantes.

Art. 114 – As obrigações acessórias dos tributos de que trata a presente Lei Complementar serão fixadas em Regulamento aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 115 – As autorizações, permissões e concessões a particulares, pessoas físicas e jurídicas, para a prestação de serviços públicos, bem como a utilização de bens e serviços públicos não remunerados por tributos, ficam condicionadas ao pagamento de tarifas ou preços públicos cujos valores serão estabelecidos em Lei Ordinária, em observância ao disposto nos arts. 107 e 108 da Lei Orgânica do Município.

Art. 116 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando sua aplicação condicionada ao disposto no art. 150, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, quando serão revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 737, de 26 de junho de 1997; a Lei nº 850, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei Complementar nº 3, de 11 de novembro de 2005.

**Prefeitura Municipal de Sapé,** 16 de dezembro de 2010.

***JOÃO CLEMENTE NETO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Lúcia de Fátima Cruz de Andrade Santos
**Código Identificador:**DFCA9A67

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SAPÉ**
**GABINETE DO PREFEITO**

**Lei nº 1.038/2010. Em, 16 de dezembro de 2010.**

Dispõe sobre as alterações da Lei 1.021/2010 que trata das Diretrizes Orçamentária de 2011.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ,** Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
**Art. 1º -** Altera os anexos da lei.

**Art. 2º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**Art. 3º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sapé, 16 de dezembro de 2010.

***JOÃO CLEMENTE NETO***
Prefeito

**Publicado por:**
Lúcia de Fátima Cruz de Andrade Santos
**Código Identificador:**34C8C49A

**ESTADO DA PARAÍBA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI N.º 537/2010 SOLEDADE, 21 DE DEZEMBRO DE 2010.**

"Dispõe Sobre o aproveitamento de pessoal previsto no Art. 2º, parágrafo único, da Emenda à Constituição Federal nº 51, de 14 de Fevereiro de 2006 e dá outras providências".

**O Prefeito Municipal de Soledade**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI:**

**Art. 1 -** As atividades de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância Ambiental reger-se–ão pelo disposto na Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

**Art. 2 -** O exercício das atividades de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância Ambiental, nos termos da Lei Federal supra, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidades do Município de Soledade, mediante vínculo direto dos referidos Agentes com a Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 3 -** O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidades com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal.

**Parágrafo Único –** são considerados atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua respectiva área de atuação:
**I –** a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;
**II –** a promoção de ações de educação para saúde individual e coletiva;
**III**- o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
**IV**- o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
**V**- a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
**VI**- a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

**Art 4 -** Os Agentes de Vigilância Ambiental tem como atribuições o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção de saúde desenvolvidas em comunidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

**Art. 5 -** Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts 3º e 4º e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do art. 6º e I do art. 7º, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

**Art. 6 –** O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:
I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;
II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial continuada,
III – haver concluído o ensino fundamental.

**Parágrafo 1º -** Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II aos que, na data de publicação da Lei Federal 11.350, de 05 de outubro de 2006, já exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de saúde.

**Parágrafo 2º -** Compete ao Município de Soledade a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**Art. 7 –** O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:
I – haver concluído, com aproveitamento, cursos introdutório de formação inicial e contíguas;
II – haver concluído o ensino fundamental;

**Art. 8 –** Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Vigilância Ambiental admitidos pelo Município, na forma do disposto no 4º do art. 198, da Constituição Federal, submete-se ao regime jurídico estatuário estabelecido em Lei Municipal, e ainda as obrigações e diretos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 9 –** A contratação de Agentes Comunitários de saúde e os Agentes de vigilância Ambiental deverá ser precedida de concurso público provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício de suas atividades, que atenda aos princípios inerentes à administração pública enumerados no Art. 37,"caput", da Constituição Federal.

**Parágrafo 1º -** Caberá ao Município de Soledade certificar, na oportunidade da concessão da estabilidade a indivíduo que já exerça as funções de Agentes Comunitários em data anterior a promulgação da emenda constitucional nº 51 de 2006, a existência de anterior processo seletivo público de acordo com o caput deste Artigo, dispensando-o de nova seleção pública obedecendo o que prevê o parágrafo único do Art. 9º, da Lei Federal 11.350, de 05 de outubro de 2006.

**Parágrafo 2º -** O Município de Soledade poderá utilizar certificação regular que tenha sido realizada pela Secretaria Estadual de Saúde da PARAÍBA dentro dos parâmetros fixados pela Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

**Art. 10º –** A administração publica somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde e de Endemias, obedecendo o regime jurídico estatuário, ocorrendo uma das seguintes hipóteses:

I – Prática de infração administrativa, dentre as enumeradas na Lei Complementar Municipal.

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidades de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, nos termos da Lei Federal nº 9.801, de 14 de junho de 1999;

IV – insuficiência de desempenho apurada em procedimento no qual sejam assegurados ao servidor ampla defesa e contraditório;

**Parágrafo Único** – O contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese da ausência de qualquer dos requisitos presentes no Art. 6º desta Lei.

**Art. 11º -** Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada para os cargos públicos criados nesta Lei, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos ou qualquer outra urgência amparada em lei especificada e justificada sua necessidade.

**Art.12º -** Os profissionais que na data da publicação desta Lei exerçam as atividades próprias de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate a Endemias, vinculados, diretamente ao Município de Soledade, investidos em cargo ou emprego público estável, farão jus:

I – A Estabilidade funcional
II – O enquadramento à condição de servidor Público regido pelo Estatuto do Servidor Público Municipal;
III- Ao salário fixado na lei Municipal 482/2008 que dispõe sobre Estrutura Administrativa do Município, acrescido de 10% do salário base a titulo de adicional de insalubridade.

Parágrafo Único – Fica corrigido o salário base dos Agentes de Vigilância Ambiental para o mesmo valor fixado para os Agentes Comunitários de Saúde, previsto no Anexo I da Lei Municipal 482/2008 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, tornando- os equiparados com nova redação a lei mencionada.

**Art. 13º -** Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2011, revogadas todas as disposições contrárias.
Gabinete do Prefeito em 21 de dezembro de 2010.

***JOSÉ IVANILDO BARROS GOUVEIA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sandro Rogerio de Lima Couto
**Código Identificador:**2A105FC0